

O julgamento dos credores

A conclusão das negociações da dívida externa brasileira com o comitê dos bancos credores ocorreu num clima de ceticismo nunca antes observado no fechamento de acordos com outros países. No caso do México, os bancos receberam o texto assinado com o comitê com certa irritação por considerar que os mecanismos do Plano Brady infringiam um princípio sagrado, segundo o qual uma dívida pode ser prorrogada, mas nunca atenuada por um desconto. Porém, se demoraram em concretizar o acordo, nunca duvidaram das suas conclusões.

No caso brasileiro, trata-se do primeiro acordo fechado, no quadro do Plano Brady, em favor de um país que ainda não completou seu programa de ajuste. Os banqueiros, que finalmente aceitaram o princípio da transformação de títulos da dívida com desconto, estão agora avaliando um programa de consolidação do débito externo mediante papéis que serão oferecidos em garantia. Ora, no caso do Brasil há sérias dúvidas quanto à nossa possibilidade de oferecer tais garantias caso o FMI não venha a liberar os recursos previstos no crédito stand by assinado.

Nessas condições, cumpria que, no mercado secundário dos títulos

da dívida externa brasileira, o fechamento do acordo fosse recebido de maneira positiva, ou seja, com uma valorização. O que se verificou logo depois do anúncio da conclusão das negociações, mas, posteriormente, em decorrência da evolução da situação política, as cotações dos títulos passaram a acusar, desde o dia 12 último, uma queda constante.

O fato é grave, por se saber que a conclusão do acordo depende da aprovação de 90% dos bancos credores, estando o País interessado em concluir o mais cedo possível os entendimentos definitivos para poder se aproveitar das vantagens destes. Sabe-se também que numerosos bancos estrangeiros (notadamente da Alemanha e do Japão) não se mostraram favoráveis ao acordo e estão acompanhando as cotações no mercado secundário em que o Brasil apresenta a pior cotação entre todos os países que renegociaram suas dívidas no quadro do Plano Brady. Torna-se necessário que a situação política se esclareça rapidamente, para que o acordo concluído em Nova York possa se transformar em realidade e se possa dizer que estamos realmente saindo dessa crise da dívida, fato que permitiu a países como o Chile e o México voltar a crescer.